



ECONOMIA VERDE – UMA VISÃO DO BRASIL 2030

Uma economia marrom, não verde. Uma prova de que há muito a ser feito em termos de sustentabilidade e visão de futuro. Um debate desenvolvido no seminário Economia Verde – Uma Visão do Brasil 2030, realizado na sede da Fiesp, em São Paulo, em 23 de novembro. Como convidado principal, entre outras autoridades, Pavan Sukhdev, líder da Iniciativa de Economia Verde do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e presidente do Conselho da WWF – Fundo Mundial para a Natureza.

“Vivemos numa economia marrom, não verde”, disse Sukhdev. “Precisamos mudar isso agora: a economia verde é um rumo para aumentar o bem-estar dos homens e combater a desigualdade”

Pag. 02

Destaques dessa edição

**Fiesp realiza
primeira
comercialização de
certificados de
reciclagem**

Pag. 05

**Fórum
Embalagem &
Sustentabilidade
apresenta
iniciativas
sustentáveis
bem-sucedidas**

Pag. 06

Retrospectiva

2018

Pag. 12

**Inscrições
abertas: Prêmio
Fiesp de Mérito
Ambiental - 2019**

Pag. 19

No radar

Pág.15

**Diplomas
recentes**

Pág.16

Avisos

Pág.18

Agende-se

Pág.19



ECONOMIA VERDE – UMA VISÃO DO BRASIL 2030

Uma economia marrom, não verde. Uma prova de que há muito a ser feito em termos de sustentabilidade e visão de futuro. Um debate desenvolvido no seminário *Economia Verde – Uma Visão do Brasil 2030*, realizado na sede da Fiesp, em São Paulo, em 23 de novembro. Como convidado principal, entre outras autoridades, Pavan Sukhdev, líder da Iniciativa de Economia Verde do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e presidente do Conselho da WWF – Fundo Mundial para a Natureza.

“Vivemos numa economia marrom, não verde”, disse Sukhdev. “Precisamos mudar isso agora: a economia verde é um rumo para aumentar o bem-estar dos homens e combater a desigualdade”

Sukhdev é um defensor do conceito de economia circular, “com qualidade de vida, de forma regenerativa para evitar o desperdício”. “Temos que investir, colaborar com os processos de mudança”. Para ele, “sem objetivos sociais, não conseguimos atingir os objetivos econômicos”.

Outro item destacado com o objetivo de construir um mundo mais sustentável é o desenvolvimento do chamado capital humano. “Precisamos focar nas cidades, no capital humano, nas competências das pessoas”.

Sukhdev lembrou ainda que os novos consumidores, os mais jovens, estão promovendo uma mudança na indústria. “Os hábitos alimentares estão mudando



graças ao comportamento dos *millennials*, que querem conhecer a origem daquilo que compram”, explicou. Um processo que já está fazendo a “agricultura deixar de ser química e voltar a ser natural”.

SUSTENTABILIDADE NA AGENDA

Na abertura do seminário, Nelson Pereira dos Reis, diretor titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp e do Ciesp, destacou que “as pessoas e as corporações incluem em suas agendas a sustentabilidade, assim como a Fiesp, há anos”.

A valoração ecológica, explicou, incluindo a produção de conhecimento sobre temas como produção de energia e resíduos se torna fator de competitividade, e não apenas uma questão de obediência a regulações.

O evento foi organizado para promover debates sobre uma nova economia, verde, inclusiva e produtiva, que representa oportunidade de negócios e crescimento do Brasil de forma sustentável e arrojada, mediante a força dos recursos naturais do país, da indústria e do setor empresarial como um todo.

Também durante a abertura, Walter Lazzarini, presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema), à época, chamou de absolutamente oportuno o conceito de economia verde, com baixa geração de carbono, com uso adequado e eficiente de recursos naturais e, muito importante, responsabilidade social. Economia verde,





afirmou, “é o passaporte para alcançar os exigentes mercados mundiais”.

Igor Calve, secretário do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, afirmou que ainda há longo caminho a seguir em relação à economia verde, tema frequente nas discussões sobre competitividade – e essencial para o Brasil.

Arnaldo Jardim, deputado federal, destacou o papel de vanguarda da Fiesp na discussão do tema. Há uma rediscussão do papel do Estado brasileiro, lembrou, o que afetará políticas públicas e de desenvolvimento. A legislação ambiental está entre as mais completas e detalhadas do mundo.

Luís Fernando Barreto Junior, presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), disse na abertura do evento que há mais de duas décadas a sociedade brasileira exige a atuação na defesa do meio ambiente. Hoje, afirmou, o Ministério Público caminha na perspectiva da resolução consensual dos conflitos. “O tempo não é aliado na proteção do meio ambiente”. Quanto maior a demora mais os recursos naturais são perdidos, disse.

O crescimento sustentável se chama desenvolvimento. “Vemos com muita satisfação a Fiesp fazer o debate da economia verde, da economia circular”. Leva tempo para fazer a implantação, destacou, mas quando estiver completa haverá o suprimento das necessidades da geração presente sem afetar as das gerações futuras.

FUTURO DOS NEGÓCIOS



Também convidada do debate, a presidente da Rede Brasil do Pacto Global, Denise Hills, destacou que “negócio que não é sustentável não é um negócio”. “Mesmo que ainda seja rentável hoje”.

Ao defender a sustentabilidade e o equilíbrio ambiental, ela contou que pegou bronquiolite ao visitar a China, país onde, em algumas cidades, a poluição está 45 vezes acima do máximo recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). “Não podemos mais viver como vivemos”, disse. “Quem for mais corajoso que vire o escapamento do carro para dentro e faça essa reflexão”.

Denise lembrou que o Pacto Global é uma das maiores iniciativas em nome da sustentabilidade do mundo. “Temos mais de 800 empresas associadas no Brasil, país que tem a terceira maior participação na iniciativa no mundo”, disse. “É o capital humano que vai nos permitir existir como empresa, o nosso papel é mudar coletivamente”.

Para o presidente da Fibria, companhia de produção de celulose branqueada, Marcelo Castelli, “a sociedade evolui com a união entre governo e sociedade privada”. “Precisamos ter equilíbrio no manejo florestal”.

Presidente da energética EDP no Brasil, Miguel Setas lembrou que a empresa está entre as quatro maiores em energia eólica no mundo. “É preciso haver senso de urgência”, disse. “Para que não haja aumento na temperatura do planeta, precisaríamos de mais geração com fonte limpa”. Ele apontou ainda três tendências





para o futuro: “descarbonização, descentralização e digitalização, com o advento da indústria 4.0”.

Roberto Waack, da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, foi outro participante do evento. “Vemos a migração de um sentimento de não externalidade para um mundo em que as externalidades positivas serão mais reconhecidas”, disse. “O Brasil é um país onde uso do solo pode trazer mais retorno para o impacto na sustentabilidade global”, afirmou. “Precisamos lutar pelo uso mais responsável da tecnologia no campo”.

Médico e pesquisador, Fabio Gandour disse levantar “a bandeira da ciência como negócio”. “A tecnologia tem que substituir átomos por bits”, disse. “Precisamos preservar os átomos”.

NA ALEMANHA

Chefe de Inovação e Novos Negócios da TOTVS, Juliano Seabra reforçou o papel da inovação para a economia verde. “Na Alemanha, entre 15 e 20% das novas empresas têm impacto positivo na economia e no clima”. Para ele, é preciso unir “empresas, academia, governo e empreendedores” em prol da causa. “O Brasil pode ser uma potência nesse debate, precisamos conduzir essa discussão”.

GOVERNANÇA RUMO À ECONOMIA VERDE

Durante o segundo painel do evento, Sukhdev trouxe uma reflexão sobre a criticidade do processo de governança de uso dos recursos naturais frente a visão e estratégia de negócios, que em especial “deve reconhecer que 2/3 da economia hoje está no setor privado”.

Para Sandra Guerra, conselheira do *Global Report Initiative* (GRI), os ativos intangíveis terão um papel protagonista no processo de planejamento estratégico, que consistem nos capitais Humano, Natural, Conhecimento e Relacionamento/ Social, além dos capitais considerados tangíveis: Financeiro e Manufaturados.

Diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Mario Sergio Vasconcelos ressaltou o papel do sistema financeiro na Economia Verde frente a seu impacto direto na concessão de créditos, em especial quanto a atividades que são influenciadas pelos riscos climáticos. O que por outro lado, também gera oportunidades de negócio com as linhas de créditos para Energia Solar Fotovoltaica, por exemplo, pela existência de carteiras de R\$20 mil à R\$20 milhões de reais para as pequenas e médias empresas, bem como para projetos de recomposição ambiental.

Em uma análise sobre o tema, a ex ministra, Izabella Teixeira enfatizou: “Nós não podemos ter uma economia baseada apenas em recursos naturais, que temos, apenas entendendo recursos naturais como estoques, não pode acontecer isso, isso é passado, nós temos que entender isso como ativos, que agregam valor e geram desenvolvimento nas várias regiões desse país, com a especificidade desse país”.

Teixeira destacou também a capacidade do país em ser protagonista em discussões internacionais e na busca de soluções para as questões ambientais conciliando impactos aos aspectos econômicos e sociais, mediante o envolvimento da sociedade brasileira, soluções esperadas pelas lideranças políticas e também pelo mundo.



Fonte: Agência Indusnet

FIESP/CIESP REALIZAM PRIMEIRA COMERCIALIZAÇÃO DE CERTIFICADOS DE RECICLAGEM



Brasil, localizada no município de Paulínia, o qual atende, ofertou e comercializou um volume total de mil toneladas de papel, papelão, plástico e metais, o que representa uma receita acessória de R\$ 55 mil reais. E comercializou todo o seu lote ofertado. Segundo José Carlos da Silva, diretor presidente da cooperativa, o evento “foi fantástico e extremamente satisfatório em termos de comercialização”; a entidade já está preparada para a próxima rodada.

Wilson Santos Pereira, fundador e coordenador do Programa de Sustentabilidade do Projeto Vira Lata, disse que “neste primeiro momento é uma

A Fiesp e o Ciesp realizaram no dia 27 de novembro a primeira comercialização oficial dos Certificados de Reciclagem do Sistema de Logística Reversa de Embalagens. O resultado dessa primeira oferta foi de 9.514 toneladas de embalagens recicláveis certificadas, o que representa um dia de geração de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) dos municípios do Rio de Janeiro e Salvador juntos.

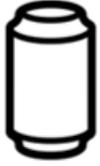
O valor total da comercialização dos certificados alcançou R\$ 656 mil reais. Em oferta, 3.657 toneladas de papel e papelão, 3.948 de plástico, 618 de metais e 1.291 de vidro. A oferta foi feita por cooperativas e empresas privadas de coleta e destinação de resíduos, e a demanda contou com empresas aderentes ao Sistema de Logística Reversa de Embalagens.

Integrante do processo, a Cooperlândia Ambiental do

novidade para as cooperativas e para o próprio mercado, na cidade de São Paulo e no Brasil. Achamos positivo e queremos participar de outros, com perspectivas mais interessantes ainda. Trouxemos plástico, vidro, sucata ferrosa e papéis, um volume em torno de mil toneladas”, totalmente comercializada, o que representa um mês e meio de movimentação da cooperativa. Baseado na mega central Ponte Pequena, que atende a região central e parte da noroeste e oeste da cidade, Pereira reforçou a importância social desse trabalho, que não só agrega valor aos materiais que se comercializa com a indústria, mas que atende os 150 catadores que realizam esse trabalho. São 40 pessoas na matriz, na Raposo Tavares, e 92 na filial, a Ponte Pequena, sem contar o grande número de voluntários atuantes.

Fonte: Agência Indusnet

RESULTADO DA COMERCIALIZAÇÃO:

Material:	METAIS	PLÁSTICO	VIDRO	PAPEL/PAPELÃO
				
Toneladas comercializadas	618 t	3742 t	1291 t	3481 t
preço	R\$ 69,38/t	R\$ 67,14/t	R\$ 72,33/t	R\$ 68,09/t

FÓRUM EMBALAGEM & SUSTENTABILIDADE APRESENTA INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS BEM-SUCEDIDAS

O desenvolvimento sustentável das embalagens foi o foco do Fórum Embalagem & Sustentabilidade, promovido pelo Instituto de Embalagens em parceria com a Fiesp.

Anícia Pio, gerente do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp, enalteceu a importância da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que prevê a responsabilidade compartilhada de toda a cadeia produtiva na gestão da sustentabilidade. “Somos todos responsáveis para que esta lei não fique no papel. É um desafio enorme, mas há também oportunidades para gerar novos negócios”.

Júlio Nogueira, gerente de meio ambiente e sustentabilidade da Klabin, falou sobre o Programa de Resíduos Sólidos implantado, em 2013, pela empresa em sete municípios do Paraná para auxiliá-los a atender a PNRS. “Foi feito um diagnóstico inicial para cada município para definir as necessidades de cada um em relação à gestão dos resíduos sólidos, como equipamentos, caminhões, barracões e construção de aterros”. O objetivo, segundo ele, é a expansão do Programa para atingir mais municípios.

Reinaldo Kühn Júnior, *category leader Latam South* da Owens-Illinois, apresentou o projeto Retorna Machine que prevê a logística reversa das embalagens de vidro. O projeto piloto foi implantado em 2017, na sede da empresa, em São Paulo. “O próximo passo é colocar no varejo”.

Paulo Pompílio, diretor de relações corporativas e sustentabilidade do GPA (Grupo Pão de Açúcar), falou sobre as várias ações de reciclagem de embalagens da companhia. Uma delas, segundo ele, são as Estações de Reciclagem Pão de Açúcar e

Unilever, implantadas em 2001. “O projeto conta hoje com 94 estações no Brasil e reciclou 111 toneladas de resíduos até 2018”. Ele também citou o Programa de Reciclagem Novo de Novo, em 2009 e a reciclagem de cápsulas de café em parceria com a Nestlé iniciada em 2016.

Adriana Fregoso, gerente de embalagem da L’oreal Brasil, apresentou a ferramenta SPOT, utilizada globalmente pela empresa, que permite mapear 100% da cadeia de valor, desde a compra dos insumos até a quantidade de água que o consumidor vai utilizar para consumir o produto da marca.

Erik Novaes, diretor de suprimentos e sustentabilidade da AMBEV, falou sobre o projeto 100+ que contempla cinco frentes: agricultura sustentável, consumo de água, economia circular (embalagem circular), mudanças climáticas e fomento ao empreendedorismo. Na área de embalagem, segundo ele, a meta é ter 100% das embalagens retornáveis ou mais de 50% com conteúdo reciclado até 2025.

Leonardo Lima, diretor de sustentabilidade do McDonald’s, apresentou um projeto piloto que prevê a reciclagem de canudos plásticos. A ideia, segundo ele, é que o material reciclado seja utilizado para produção de bandejas para uso nos restaurantes da franquia.

Zita Krammer, gerente de embalagens para América Latina da Unilever, falou sobre o projeto PCR que utiliza polietileno (PE) reciclado pós-consumo em grande escala implantado no Brasil. Para implantação do projeto PCR, a empresa enfrentou vários desafios, como o desenvolvimento da cadeia de reciclagem de PE para conseguir ter uma resina reciclada pós-consumo que não afetasse o perfume dos produtos nem as cores do portfólio, a escassez da resina e o preço.

Alexandre Cezilla, gerente executivo geral de marketing da Suzano Papel e Celulose, apresentou o primeiro papel cartão para copos, que é 100% biodegradável, compostável e produzido no Brasil, uma grande inovação no mercado nacional. Trata-se da sua nova linha de copos Bluecup Bio, que não utiliza revestimento em polietileno e sim material biodegradável.

Fonte: Instituto de Embalagens



ETANOL ALIMENTA FUTURO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA



“O Futuro da Indústria Automobilística no Brasil” foi o tema da reunião conjunta realizada em novembro de quatro conselhos superiores da Fiesp – do Agronegócio (Cosag), de Comércio Exterior (Coscex), de Meio Ambiente (Cosema) e de Infraestrutura (Coinfra).

Ao abrir o evento, Rafael Cervone, 3º vice-presidente da Fiesp e do Ciesp, destacou a importância do setor automobilístico para o Brasil. “A indústria como um todo puxa o desenvolvimento”, disse. Listou mudanças que afetam o setor industrial inteiro, caso da Indústria 4.0 e transformações no ramo automotivo, como os veículos autônomos. Jacyr Costa, presidente do Cosag, conduziu a reunião.

Elizabeth Farina, diretora presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Única), fez exposição com o tema “A expansão dos veículos elétricos e política pública”. Elizabeth explicou o programa da Índia de aceleração para a adoção do carro elétrico, estimulado pelo fato de estarem no país 14 das 15 cidades mais poluídas do mundo, e pelos veículos serem os responsáveis por 90% da emissão de gases de efeito estufa.

O plano para combater esses problemas se baseia nos carros elétricos, mas apesar dos altos subsídios, tanto para carros individuais quanto de transporte coletivo, não teve os resultados esperados. Entre os obstáculos estão o alto preço dos veículos, preocupação com a duração das baterias, infraestrutura para carregamento e baixo compromisso com questões ambientais.

Sem a mudança da mentalidade, explicou Farina,

baseada em análise de especialista indiano, não adiantam as políticas públicas. Motores a etanol hidratado (e100) emitem cerca de um terço do dióxido de carbono (CO₂) de motores a gasolina. E os híbridos emitem 35% menos que os carros somente com motor a combustão. Um agravante na Índia é a alta emissão de CO₂ na geração de energia elétrica.

Segundo Farina, a observação da matriz elétrica mostra que com tecnologias já disponíveis no Brasil as emissões dos carros podem ser mais baixas (híbridos flex emitem 24g de CO₂ por km rodado).

Na China e na Índia o carro elétrico emite muito mais que os híbridos flex brasileiros. O RenovaBio garante a disponibilidade do biocombustível no Brasil, enquanto o programa Rota2030 trata do desenvolvimento dos motores. São altamente complementares, segundo Farina.

Antonio Megale, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), frisou as grandes transformações da indústria automobilística no mundo, mais rápidas que as vistas em qualquer outro momento. Pesquisa feita pela Anfavea mostra que o carro continua a ser o meio de transporte preferido por todas as gerações. Eletricidade, conectividade, manufatura e compartilhamento são os grandes temas, segundo Megale.

Veículos a bateria ainda enfrentam problemas como custo das baterias e seu descarte, e ainda há um longo caminho a percorrer para saná-los, disse - apesar do forte trabalho em execução. Pela maior eficiência do motor elétrico, no futuro deve predominar em relação ao a combustão.

Ainda é muito baixa a participação de veículos híbrido e elétricos no mercado. A infraestrutura de abastecimento dos carros puramente elétricos tem custo elevado, explicou – e o momento não deve permitir subsídios por parte do governo aos consumidores. Para os híbridos a possibilidade é maior. Megale destacou a recente mudança no imposto sobre produtos industrializados (IPI) de veículos, beneficiando a eficiência energética. Outras iniciativas, como a isenção de imposto de importação de carros elétricos, são bem-vindas.

Cada região do mundo busca a melhor solução de acordo com sua realidade, afirmou Megale – e aqui no Brasil há uma solução bastante conhecida, a dos veículos flex. Parte do programa do etanol, que deu certo e é o maior do mundo, pode ser usada para novas tecnologias, sendo ideal para as células de combustível. “É uma solução que não pode ser ignorada”.

O Rota2030 é um programa importantíssimo, avaliou. Valoriza especialmente a pesquisa e o desenvolvimento. Melhora a eficiência energética, valoriza os biocombustíveis e traz mais competitividade e previsibilidade ao setor automobilístico. “Esperamos que seja aprovado”, disse.

Fonte: Agência Indusnet

CONSELHO SUPERIOR DE MEIO AMBIENTE DA FIESP



Reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema), realizada em novembro/18, teve como palestrante o diretor geral da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq), Mario Povia, que falou sobre os desafios enfrentados pela concentração do modal rodoviário na matriz brasileira de transporte.

Povia disse ter uma visão otimista das hidrovias, que são um complemento a outros modais. “Existe hoje uma discussão de pontos como as hidrovias em trechos de áreas indígenas, por exemplo”, explicou. “O problema é a demora nessa análise, que pode passar de dois anos”. Segundo ele, a Antaq tem um bom diálogo com os empreendedores, trabalhadores, usuários dos portos e governos. “Buscamos parcerias, até para ter uma visão daqueles que usam os nossos portos”, afirmou.

Em 2017, o setor aquaviário teve um crescimento de 8,3%, ano em que foram transportadas 1,086 bilhão de toneladas. Com destaque para itens siderúrgicos, papel e celulose e veículos. “Temos atualmente mais de uma centena de arrendamentos portuários para licitar”, disse Povia.

Para o diretor geral da Antaq, a construção das barragens já deveria incluir projetos de infraestrutura que favoreçam as hidrovias. “Por que não tentar usar metros quadrados ociosos nos portos que já existem?”, questionou. “Isso é possível em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em Ilhéus, na Bahia, em Maceió, Alagoas”.

Apesar das dificuldades, conforme Povia, o setor tem muito potencial para crescer. “É normal faltar espaço, esse é um bom problema”, explicou. “Aí vamos atrás de boas práticas, de ampliar os espaços das embarcações, buscar mais zonas de escoamento”, disse. “Temos uma boa parceria com a Fiesp no que se refere ao trabalho pela expansão do setor”.

Ainda sobre boas perspectivas, ele informou que o Porto de Santos (SP) bateu recorde de movimentação em abril. “Também tivemos recordes em Suape, em Pernambuco, e Paranaguá, no Paraná”.

PRESERVAÇÃO DOS 30% DA MATA ATLÂNTICA, NA ÁREA URBANA, FOI TEMA DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

Na última reunião de 2018 do Conselho Superior de Meio Ambiente, seu presidente, à época, Walter Lazzarini, agradeceu a parceria de seus conselheiros nos treze anos que esteve à frente do Cosema e por ter aprendido muito com diversos especialistas que integraram as reuniões mensais e a rica troca de informações em todos os encontros ocorridos. O presidente da Fiesp/Ciesp, Paulo Skaf, prestigiou a reunião.

A reunião contou com a presença de Eduardo de Castro, secretário do Verde e do Meio Ambiente, que tratou de algumas políticas para o município de São Paulo.

Castro sinalizou a dimensão do trabalho da Secretaria: sob sua responsabilidade, encontram-se 106 parques municipais, mais os Parques Augusta e o do Campo de Marte, totalizando 108. “Há uma preocupação com a quantidade de processos, multas ambientais e a prescrição e decadência delas. No passivo da Secretaria, 9.500 processos”, contabilizou. Entre as iniciativas, uma Cartilha com as legislações federal, estadual e municipal a fim de fazer um enquadramento único, segundo o secretário.

Castro também informou aos participantes que foi instalado um Comitê de Arborização. O Plano Municipal da Mata Atlântica (PMA) aponta que há 30% de preservação da Mata no perímetro urbano, que vem sofrendo com devastação, queimada e invasões e é preciso preservar o que sobrou. “Esses dados se referem às zonas norte e zona sul. As zonas oeste e leste estão totalmente depredadas em termos ambientais. Há invasões de área que acabam sendo loteadas e depois se pede a sua regularização”, pontuou. “Há parques municipais invadidos por



700–800 pessoas, umas 400 famílias e é necessário negociar”, disse, ao externar a preocupação em conter a densidade populacional nos extremos. Esse é um problema macro a ser resolvido e o combate a invasões têm contado com o apoio da Segurança Pública e da Guarda Civil.

Fonte: Agência Indusnet

ECONOMIA CIRCULAR: EVENTO COM DEBATE E LANÇAMENTO DE LIVRO SOBRE O TEMA OCORREU NA FIESP

Em outubro ocorreu o lançamento na Fiesp do livro “Economia Circular”, de Carlos Ohde. Durante o evento, foi realizado um painel com especialistas que colaboraram na produção da obra.

O livro aborda conceitos de Economia Circular, um modelo que impulsiona não apenas questões ligadas ao setor econômico, mas também gera empregos e protege o meio ambiente. O livro mostra, por exemplo, como a Política Nacional de Resíduos Sólido (PRNS) impacta na economia. A publicação traz ainda casos de sucesso como a história do Sinctronics, um dos pioneiros globais de Economia Circular para eletroeletrônicos, localizado em Sorocaba, interior de São Paulo.

Mais informações: <http://www.livroeconomiacircular.com.br/>



Clique no link

FIESP

PORTAL
**CLIMA
EM DEBATE**

LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS DE AÇO ENTRA EM VIGOR

O Termo de Compromisso para Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens de Aço foi publicado em 27 de dezembro de 2018 no Diário Oficial da União. As normas já estão valendo e têm como objetivo garantir a destinação final ambientalmente adequada das embalagens de aço. Prevista pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, a logística reversa permite a destinação final ambientalmente adequada das embalagens, após o uso pelo consumidor.

Com a assinatura do termo de compromisso do setor, as embalagens recolhidas, tanto as de alimentos quanto as de tintas imobiliárias, deverão ser encaminhadas prioritariamente a cooperativas ou empresas do comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas ou aos Centros/Entrepósitos Prolata de Reciclagem ou ainda diretamente à indústria siderúrgica. Além disso, deverão ser seguidas metas similares ao Acordo Setorial de Embalagens em Geral.

São signatárias do Termo de Compromisso, pelo setor empresarial, as empresas associadas à Prolata, Recicladores Associados, à Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (Abrafati), à Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco) e à Associação Brasileira de Embalagens de Aço (Abeaço).

ESTÍMULO

Com o objetivo de inserir esse conceito e implantar o sistema de logística reversa das embalagens de aço, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) colocou em consulta pública a minuta do Termo de Compromisso, em novembro de 2017, antes da assinatura e homologação. A proposta busca estimular o consumidor a efetuar a separação e o descarte adequado das embalagens de aço, reduzindo a quantidade de material nos aterros e possibilitando a reciclagem.

A previsão do MMA é recolher, em até 36 meses depois da formalização do compromisso, pelo menos 148 toneladas de embalagens de aço por dia, ampliando em quase 15% as atuais taxas de reciclagem no pós-consumo.

A gestão ineficiente e inadequada dos resíduos gera vários danos ambientais que comprometem a preservação da natureza e a saúde humana. A geração de resíduos é proporcional ao aumento do número de habitantes. Por isso, com o passar dos anos, as empresas e o governo encontram cada vez mais dificuldades para implantar, ordenar e gerenciar os resíduos.

Fonte: Editado de Ministério do Meio Ambiente –MMA

Acesse: <https://goo.gl/qJMzKW>

FIESP, CIESP E ABETRE LANÇAM VÍDEO EXPLICATIVO SOBRE O CADRI

O gerenciamento inadequado dos resíduos industriais pode trazer sérios riscos às empresas, que precisam propiciar a correta destinação destes materiais.

O Cadri (Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental) é um documento obrigatório emitido pela Cetesb que aprova o encaminhamento de resíduos de interesse ambiental a locais de reprocessamento, armazenamento, tratamento ou disposição final. Porém a aquisição deste documento é apenas uma das etapas no processo de gerenciamento de resíduos e não garante à empresa o atendimento integral da legislação ambiental.

Para esclarecer quais outros pontos devem ser observados, a Fiesp, o Ciesp e a Abetre (Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e

Efluentes) fizeram o vídeo “Responsabilidade Ambiental: Um compromisso compartilhado que se inicia com o Cadri e deve ir além”. O material contribui com o entendimento sobre a responsabilidade solidária de todos os atores envolvidos no processo de gerenciamento dos resíduos industriais.

Acesse o vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=WnWGckLb-3I>

Clique no links



GOVERNO PREMIA PROJETOS QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PAÍS

O governo federal premiou 12 projetos que contribuem para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) do País. O resultado da primeira edição do Prêmio ODS Brasil foi apresentado no último 13 de dezembro, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto. Ao todo, mais de mil projetos foram inscritos.

“Estamos valorizando a contribuição de pessoas e de entidades que se dedicam ao cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil. Homens e mulheres que trabalham para melhorar a vida das pessoas”, ressaltou o então ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, que leu discurso em nome do presidente da República, Michel Temer.

Na ocasião, o ministro substituto da Secretaria de Governo, Carlos Henrique Sobral, afirmou que o prêmio também é um estímulo para o lançamento de um

banco de práticas sustentáveis no Brasil. “O banco será fundamental para a disseminação de práticas exitosas”, disse. Além de disseminar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), as ações mobilizam a sociedade para alcançar das metas da Agenda 2030 - compromisso assumido pelos 193 países membros das Nações Unidas, na Conferência Rio +20, em 2012. O prêmio será concedido bienalmente, até 2030.

Acesse o relatório da 1ª Edição do Prêmio ODS Brasil e conheça os cases vencedores: <https://goo.gl/jv1fdp>

Matéria na íntegra: <https://goo.gl/ix6aKo>

Fonte: Editado de Secretaria de Governo da Presidência da República

Clique nos links



COMO A RECICLAGEM DE RESÍDUOS PLÁSTICOS PODE TRANSFORMAR A INDÚSTRIA QUÍMICA?

Em artigo publicado pela McKinsey, especialistas indicam que a reutilização de resíduos plásticos pode se tornar um importante fator de lucratividade para empresas químicas. Essa percepção se baseia em avaliação abrangente de onde os fluxos futuros de resíduos virão, como eles poderiam ser reciclados e quais retornos econômicos essa atividade poderia oferecer. A reutilização e a reciclagem de plásticos podem gerar um aumento do lucro em até US\$60 bilhões para o setor de petroquímicos e plásticos, representando quase dois terços de seu possível crescimento no período.

As projeções sugerem que as taxas de reciclagem mecânica poderiam aumentar do nível atual de 12% do volume total de plásticos para 15 a 20% de produção total projetada até 2030, assumindo preços de US\$75 por barril de petróleo. Em um cenário em que os preços do petróleo sobem menos que US\$65 o barril, a economia da reciclagem mecânica torna-se mais desafiadora.

Reconverter resíduos plásticos em matérias-primas de craqueamento que poderiam deslocar a demanda de nafta ou de gás natural, muito provavelmente usando um processo de pirólise para fazer isso, pode ser economicamente viável, e é mais resiliente à

baixa de preços, permanecendo rentável até US\$50 por barril.

Considerando o grande consumo e geração de plásticos da Ásia, projeta-se que a reutilização de plásticos poderá chegar a 50% da produção mundial até 2030 e 60% até 2050 assumindo um preço de US\$75 por barril e uma estrutura regulatória reforçada pelo comportamento de apoio de outras partes interessadas e consumidores do setor.

Isso reduzirá substancialmente a quantidade de petróleo necessária para cobrir a demanda global de plásticos. Nas últimas duas décadas, a indústria petroquímica viu que uma parte importante de seu crescimento de rentabilidade vem do acesso a matérias-primas vantajosas. Supondo que as condições do cenário possam ser atendidas, a capacidade de acessar e manusear resíduos de plástico seria uma chave comparável para o sucesso no futuro, com resíduos plásticos potencialmente se tornando a próxima fonte de vantagem da matéria-prima para a produção de polímeros.

Fonte: relatório From McKinsey Insights: How plastics waste recycling could transform the chemical industry

Leia na íntegra em: <https://goo.gl/Z2xbH4>

RETROSPECTIVA 2018

LANÇAMENTO DO LIVRO “A TERRA É AZUL”

A Bióloga Sylvia Earle, autora de A Terra é Azul, conduziu o debate a respeito da conservação da natureza durante o lançamento de seu livro A Terra é Azul, em 05 de março. O título, publicado pela Sesi-SP Editora, foi apresentado ao público brasileiro durante evento realizado no Teatro do Sesi, na sede da Fiesp e do Sesi-SP. A obra discute a urgência de preservar os oceanos. Ao lado de Sylvia no palco, o presidente da Fiesp e do Sesi-SP, Paulo Skaf, fez questão de acompanhar o debate e de apresentar uma ação concreta a respeito do tema: o envio de uma carta ao ex-presidente Michel Temer pedindo a criação de duas áreas de proteção ambiental (APAs) marinhas, uma em São Paulo e a outra no Rio de Janeiro.



SEMINÁRIO PERSPECTIVAS PÓS 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

A Fiesp e o Ciesp promoveram em 28 de março, o seminário para avaliar os reflexos para o setor industrial das discussões promovidas pelo 8º Fórum Mundial da Água e as ações necessárias frente a políticas públicas e privadas para assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água, respeitando a Agenda 2030 da Onu. Durante o evento foi lançado o Manual de Uso Racional de Água no Setor Industrial, criado pela Fiesp e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

13º PRÊMIO DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DA ÁGUA

O Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água, em sua 13ª edição, teve como vencedora na categoria Médio e Grande Porte, a Procosa, fábrica da L'Oréal na cidade de São Paulo, com o projeto Visão Fábrica Seca – uma abordagem para redução do consumo de água. Na categoria Micro e Pequeno Porte, a vencedora foi a Metalúrgica Inca de Mococa/SP, com o projeto Economia de água no setor de injeção. O Prêmio prestigia as indústrias que adotam boas práticas e projetos voltados à água. Em 2018, inscreveram-se 19 empresas na categoria médio e grande porte e 6 entre as de micro e pequeno porte, totalizando 25 inscritos.



TERMO DE COMPROMISSO DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS EM GERAL

Em 23 de maio, a Fiesp e o Ciesp, em parceria com associações e sindicatos, assinaram Termo de Compromisso de Logística Reversa de Embalagens em geral com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).



20ª SEMANA DE MEIO AMBIENTE FIESP/CIESP

Com programação que reuniu diretores da entidade, membros do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp, autoridades e especialistas para debater desafios e ações em recursos hídricos, resíduos sólidos, economia circular e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

24º PRÊMIO DE MÉRITO AMBIENTAL

Solenidade que se realizou na 20ª Semana de Meio Ambiente ocorreu com 65 projetos inscritos. As vencedoras foram as empresas Ford Motor Company Brasil, na categoria grande porte, e Habitar Construções Inteligentes, na categoria de micro e pequeno porte. A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo recebeu destaque na categoria Responsabilidade Social.



PLATAFORMA ADAPTACLIMA

A Iniciativa Empresarial em Clima (IEC) organizou, em agosto, evento na Fiesp para divulgação da Plataforma AdaptaClima. Além da apresentação da plataforma e seus recursos, foram relatados cases de adaptação.



OPÇÕES DE MITIGAÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Em outubro foi realizado encontro na Fiesp para apresentação do Estudo sobre Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-chave do Brasil, feito sob coordenação de Régis Rathmann, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI).



WORKSHOP DO GUIA SDG COMPASS – INTEGRAÇÃO DOS ODS NA ESTRATÉGIA EMPRESARIAL.

A Fiesp em parceria com a Rede Brasil do Pacto Global promoveu debate para apresentação do *SDG Compass*, guia de cinco passos sobre como lidar com os ODS. A proposta do workshop era ajudar os empreendedores a colocar em prática a agenda 2030 da ONU.



SIGA O DDS NO TWITTER

<https://twitter.com/FiespAmbiental>

A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PRODUTIVO PAULISTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2015, líderes de governo e de estado reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Fiesp e o Ciesp, comprometidos com a facilitação da Agenda 2030 no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, destina essa seção do Informe Ambiental para divulgar os ODS com casos concretos, que podem ser utilizados como *benchmarkings*.

A seguir, destacamos o case da empresa Eletropaulo, que recebeu menção honrosa no Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental de 2018.

Fonte: Nações Unidas

Link encurtado: <https://goo.gl/4kwtyx>

Empresa: ELETROPAULO

Projeto: RECICLE MAIS, PAGUE MENOS

A Eletropaulo é a maior companhia do País em termos de energia elétrica distribuída. Distribuindo energia elétrica para 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital, que representam 7,155 milhões de clientes.

Há seis anos, a empresa criou o programa Recicle Mais, Pague Menos. Iniciativa que utiliza o sistema de logística reversa como recurso socioambiental. O projeto oferece desconto na conta de energia elétrica aos clientes residenciais que entregam materiais recicláveis – papel, plástico, metal, vidro e embalagens TetraPak – nos pontos de coleta distribuídos na área de concessão. Não há limite de desconto e a fatura do mês pode ser zerada ou até mesmo gerar créditos para o mês seguinte.

Além dos bônus concedidos aos clientes, o projeto tem uma grande relevância socioambiental, pois orienta as pessoas sobre a importância da reciclagem de materiais que podem voltar à cadeia produtiva. Somente em 2017, mais de cinco mil pessoas foram beneficiadas e destinaram mais de 1 milhão de quilos de resíduos para reciclagem. Desde a sua implantação até o final do ano passado, mais de 50 mil pessoas foram cadastradas no projeto, totalizando 6 milhões de quilos de materiais recicláveis coletados e R\$ 785 mil concedidos em descontos nas contas de energia elétrica.

Acesse o case completo em:

www.fiesp.com.br/meritoambiental

Clique nos links



ODS RELACIONADOS A ESSE PROJETO:



NO RADAR



196
Representações em
Fóruns/Colegiados

CONSELHOS AMBIENTAIS

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH

Em dezembro ocorreu a última plenária do CRH. Na ocasião foram aprovadas as deliberações que referendam a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos dos comitês Litoral Norte (CBH-LN) e São José dos Dourados (CBH-SJD). Além da deliberação que define critérios técnicos e normativos para a autorização de perfuração de poços tubulares profundos no Município de Ribeirão Preto.

CONSELHO ESTADUAL DE SANEAMENTO – CONESAN

Assembleia Geral para eleição das entidades da sociedade civil para comporem o Conselho, período 2019-2020. A Fiesp foi eleita entidade titular federativa representando as indústrias, grandes consumidoras de serviços públicos de saneamento básico. O Ciesp foi eleito suplente como entidade associativa de operadores de serviços públicos de saneamento básico.

CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) PIRACANTAREIRA

Assembleia para instituição e posse do conselho consultivo conjunto da Área de Proteção Ambiental - APA Piracicaba Juquery Mirim II, da Área de Proteção Ambiental - APA Sistema Cantareira, e da Área de Proteção Ambiental - APA Represa Bairro da Usina. O setor industrial será representado pelas Diretorias Regionais do Ciesp Sede, Bragança Paulista e Campinas.

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CONSEMA

Reunião plenária do Consema para aprovação da deliberação normativa que fixa diretrizes e procedimentos para a instituição e funcionamento de Conselhos de Mosaicos de Unidades de Conservação. Na ocasião também foi aprovado o EIA/RIMA do empreendimento “Contorno Ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo – Ferroanel Norte”, de responsabilidade da Empresa de Planejamento e Logística S/A – EPL e apresentado o balanço da gestão da Secretaria de Meio Ambiente – mandato 2015 – 2018.

CONSELHO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MARÍLIA

Reunião do CADES Marília para eleição da nova diretoria do conselho. A diretoria regional do Ciesp Alta Paulista assumirá a presidência do CADES.

COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICAS

PROCESSO ELEITORAL

Os Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais abriram processo eleitoral para renovação do segmento sociedade civil. Os novos representantes comporão as plenárias dos CBHs referente ao biênio 2019-2021. Maiores informações sobre prazos para inscrição acesse: <http://www.sigrh.sp.gov.br>

FEHIDRO

Os comitês de bacias hidrográficas realizaram reuniões para aprovação das minutas de deliberações para análise e hierarquização dos projetos proponentes a tomadores de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos 2019. O Fehidro financia programas e ações na área de recursos hídricos, de modo a promover a melhoria e a proteção dos corpos d'água e de suas bacias hidrográficas.

RECURSOS HÍDRICOS

Rede Brasil do Pacto Global

Reunião do Grupo Temático Água para criação de um plano estratégico para o triênio (2019 - 2021). Na ocasião, foi definida a criação de grupos de trabalho, em temas relacionados às metas do ODS 6, com vistas à elaboração de projetos e/ou apresentação de oportunidades de projetos existentes nestes temas para que as empresas se engajem.

SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS

COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA QUÍMICA – CONASQ

Realizada primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre o Registro de Emissão e Transferência de Poluentes GT-RETP. Na ocasião, foi apresentado histórico de ações do Ministério do Meio Ambiente- MMA em relação ao tema, bem como discutidas as principais ações necessárias para implantação do Programa. O setor industrial se posicionou com preocupação em relação a duplicação de informações a serem declaradas, seu uso e divulgação, de forma a interferir na competitividade de plantas industriais, além do custo envolvido para o cumprimento de uma nova obrigação, já abordada em diferentes normas legais brasileiras.

Diplomas legais recentes - Federal

ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Decreto nº9.640, de 27/12/2018

Regulamenta os procedimentos de emissão, registro, transferência, utilização e cancelamento da Cota de Reserva Ambiental – CRA.

Medida Provisória nº867, de 26/12/2018

EMENTA: Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

Portaria ICMBio nº 1.046, de 03/12/2018

Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, localizada nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Instrução Normativa ICMBio nº 21, de 18/12/2018

Disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Instrução Normativa Ibama nº 24, de 29/11/2018

Prorroga o prazo por 180 dias, previsto na Instrução Normativa IBAMA nº 21/2014, para emissão das Autorizações de Corte de Árvores Isoladas - CAI por meio do Sinaflor.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Instrução Normativa Fundação Cultural Palmares nº 1, de 31/10/2018

Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem comunidades quilombolas.

SANEAMENTO

Medida Provisória nº 868, de 27/12/2018

Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984/2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768/2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos; a Lei nº 11.445/2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; e a Lei nº 13.529/2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

PROJETOS DE LEI FEDERAL

Licenciamento Ambiental

PLS nº 312/2018 - Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para impedir a contratação com o Poder Público e a obtenção ou renovação de licença ambiental enquanto não extinta a obrigação de indenizar as vítimas do dano ambiental.

PL nº 10.678/2018 - Dispõe sobre a consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e quilombolas necessária para emissão de licença ambiental para atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

PROJETOS DE LEI FEDERAL

Controle e Qualidade Ambiental

PLS nº 361/2018 - Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para disciplinar medidas administrativas, procedimentos de destinação de bens apreendidos e sanções administrativas.

PL nº 10.764/2018 - Dispõe sobre a utilização de canudos biodegradáveis ou recicláveis, em restaurantes, bares, quiosques, ambulantes, hotéis e similares.

PL nº 697/2018 - Altera a Lei nº 14.626, de 29 de novembro de 2011, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

PL nº 11.187/2018 - Acrescenta dispositivo ao art. 32 da Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, para proibir a comercialização e uso de sacolas, canudos e copos de material plástico em estabelecimentos comerciais.

PL nº 10.874/2018 - Proíbe a mineração em faixa de dez quilômetros no entorno de unidades de conservação.

Recursos Hídricos

PLS nº 317/2018 - Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada.

PL nº 10.996/2018 - Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País.

PL nº 676/2018 - Torna obrigatória a inserção de sistema de captação e armazenamento de água da chuva nos projetos arquitetônicos de novas unidades escolares estaduais.

Diplomas legais recentes - Estadual

BIODIVERSIDADE

Resolução SMA nº 142, de 25/10/2018

Disciplina o método de análise dos pedidos de compatibilização entre as leis específicas e os planos diretores e as leis municipais de planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, no âmbito da Legislação das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais, Lei Estadual 9.866, de 27/11/1997

Resolução SMA nº 137, de 19/10/2018

Dispõe sobre as orientações para constituição de Comissões de acompanhamento das permissões de uso, a título precário, gratuito e por tempo determinado, de unidades integrantes do Sistema Estadual de Florestas - Sieflor.

Resolução SMA nº 189, de 20/12/2018

Estabelece critérios e procedimentos para exploração sustentável de espécies nativas do Brasil no Estado de São Paulo.

Resolução SMA nº 206, de 27/12/2018

Altera a Resolução SMA nº 7, de 18/01/2017, que dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente no Estado de São Paulo.

Decreto nº 63.853, de 27/11/2018

Declara as espécies da fauna silvestre no Estado de São Paulo regionalmente extintas, as ameaçadas de extinção, as quase ameaçadas e as com dados insuficientes para avaliação, e dá providências correlatas.

Decisão de Diretoria Cetesb nº 180, de 14/11/2018

Dispõe sobre a aprovação do "Procedimento para a regularização ambiental dos loteamentos localizados nas Áreas de Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, preexistentes às Leis Estaduais nº 898/75 e 1172/76", e dá outras providência.

Portaria CBRN nº 13, de 19 /12/2018

Estabelece os procedimentos para a análise, no âmbito da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN, de Cadastros Ambientais Rurais – CARs de imóveis rurais situados no Estado de São Paulo, com vistas à sua adequação ambiental, assim como para o acompanhamento das ações necessárias a esta finalidade, nos termos da Lei federal 12.651/2012 (Código Florestal), e dos demais atos normativos correlatos.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL**Deliberação Normativa Consema nº 1, de 13/11/2018**

Fixa tipologia para o licenciamento ambiental municipal de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, nos termos do Art. 9º, inciso XIV, alínea "a", da Lei Complementar Federal 140/2011.

RECURSOS HÍDRICOS**Decreto nº 63.813, de 14/11/2018**

Extingue a Unidade de Gerenciamento Local - UGL, do Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê - Programa Mananciais, criada e organizada na Secretaria do Meio Ambiente pelo Decreto nº 53.964, de 22 de janeiro de 2009, e dá providências correlatas.

CONTROLE E QUALIDADE AMBIENTAL**Instrução Normativa Secretária de Defesa Agropecuária nº 40, de 11/10/2018**

Estabelece regras complementares a emissão da receita agrônoma previsto no Decreto nº 4.074/2002, no que tange ao exercício profissional e eficiência agrônoma na aplicação dos agrotóxicos e afins.

Resolução SMA nº 144, de 25/10/2018

Altera dispositivo da Resolução SMA 33, de 28/03/2018, que estabelece procedimentos operacionais e os parâmetros de avaliação da Qualificação para a Certificação e Certificação no âmbito do Programa Município VerdeAzul.

SANÇÕES E PENALIDADES**Decisão de Diretoria Cetesb nº 169, de 30/10/2018**

Dispõe sobre Alteração da Norma NA-007, que trata de Parcelamento de Multas, Ressarcimentos e outros valores.

Resolução SMA nº 205, de 27/12/2018

Altera a Resolução SMA nº 51, de 31 de maio de 2016, que disciplina o procedimento de conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental.

PROJETO DE LEI ESTADUAL

PL 631/2018 - Proíbe o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico no Estado.

AVISOS**MEDIDA PROVISÓRIA PRORROGA PRAZO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL**

Em vigor desde 27/12/2018, a **Medida Provisória nº 867, de 26 de dezembro de 2018**, prorroga o prazo de adesão ao PRA – Programa de Regularização Ambiental, cuja adesão deve ser requerida até **31 de dezembro de 2019**, permitida a prorrogação por mais um ano por ato do Chefe do Poder Executivo.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Medida Provisória, no link: <https://goo.gl/mq6EBF>

Fonte: Câmara dos Deputados

AVISOS

COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA

Ato Convocatório para implantação da Cobrança pelo Uso da Água Comitê de Bacia do Alto Paranapanema.

Por intermédio da Portaria DAEE 88 de 09/01/2019 foi fixado o prazo de 10/01 a 10/04/2019 para que todos os usuários outorgados de água confirmem e/ou alterem os dados relacionados aos seus usos (captação, consumo e lançamento) para efeito de cálculo dos valores correspondentes e respectiva emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água na Bacia do Alto Paranapanema.

Maiores informações poderão ser obtidas em: www.atoconvocatorio.dae.sp.gov.br

AGENDE-SE



O Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental, uma das principais iniciativas de reconhecimento das ações do setor industrial na área da sustentabilidade, chega à 25ª edição com números que comprovam o crescente engajamento das empresas nas questões ambientais e/sociais.

CATEGORIAS DE PARTICIPAÇÃO

- Micro ou pequeno porte
- Médio ou Grande porte
- Responsabilidade Social

INSCRIÇÕES ATÉ

22 DE MARÇO DE 2019

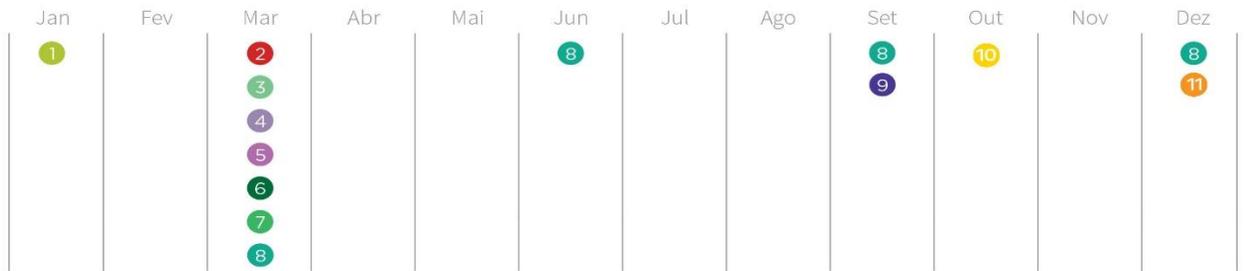
Para mais informações, acesse:

<http://www.fiesp.com.br/meritoambiental>

CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS 2019

O Calendário de Obrigações Ambientais foi criado pela Fiesp e pelo Ciesp para alertar as empresas sobre as principais informações que devem ser encaminhadas anualmente aos órgãos ambientais e seus prazos de envio, evitando multas e penalidades. A iniciativa contempla apenas as obrigações ambientais gerais nos âmbitos estadual e federal. Por isso, o usuário deve ficar atento às possíveis obrigações ambientais municipais e também a outros compromissos atrelados ao processo de licenciamento ou aos específicos para atividade que exerce.

Para mais informações, acesse: <https://goo.gl/oSX1KK>



1 **Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos – DAURH**
Sobre os pontos de captação e/ou lançamento, bem como a qualidade dos efluentes lançados em corpos d'água de domínio da União e enquadrados nos critérios definidos pela Resolução ANA nº 603/2015, com destaque aos usuários de bacias hidrográficas com marco regulatório, alocação negociada e/ou cobrança pelo uso da água.
Prazo: 31/1

2 **Instalação de equipamentos medidores de vazão.**
Os usuários de recursos hídricos que possuem captações superficiais ou subterrâneas, obrigados a instalar equipamentos que registrem continuamente os volumes captados conforme Portarias DAEE nº5579/2018 e nº5778/2018.
Prazo: 5/3.
O prazo não se aplica para usuários que já têm prazo definido em sua portaria de outorga ou em sua dispensa.

3 **Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP**
Todos que exercem atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos ambientais, descritas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981.
Prazo: 31/3

4 **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP e Cadastro Ambiental Estadual**
Obrigatório para pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividades potencialmente poluidoras ou que usem recursos ambientais. É a única forma de comprovar o registro no Cadastro Ambiental Estadual, conforme a Resolução SMA 94/12.
Prazo: 31/3

5 **Cadastro Nacional de Operação de Resíduos Perigosos – CNORP**
Obrigatório para pessoas jurídicas que exercem atividades de geração e operação de resíduos perigosos, conforme Instrução Normativa do Ibama nº 01/2013, no âmbito das atividades potencialmente poluidoras e das normas vigentes que regulamentam o CTF/APP.
Prazo: 31/3

6 **Relatório do Protocolo de Montreal**
Obrigatório para toda pessoa física ou jurídica que produza, importe, exporte, comercialize ou utilize qualquer substância controlada pelo Protocolo de Montreal, conforme disposto na Instrução Normativa do Ibama nº 37/2004.
Prazo: 31/3

7 **Plano de logística reversa**
Obrigatória apresentação do Plano de Logística Reversa para empresas que possuem mais 1000m² de área, conforme Decisão de Diretoria Cetesb 76/2018.
Prazo: 31/3

8 **Pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFASP**
Devem ser realizados trimestralmente por aqueles que exercem atividades listadas no Anexo VIII da Lei nº 10.165/00.
Prazo: Último dia útil de cada trimestre do ano civil.

9 **Apresentação do Ato Declaratório Ambiental – ADA**
Documento para que o proprietário rural obtenha redução no Imposto Territorial Rural – ITR, em até 100% sobre a área efetivamente protegida, conforme Instrução Normativa Ibama nº 05/2009.
Prazo: 31/9

10 **Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa**
Empreendimentos que desenvolvam atividades que constam no art. 3º da Decisão de Diretoria Cetesb nº 254/2012 devem encaminhar o inventário de emissões de gases de efeito estufa para a Cetesb.
Prazo: 31/10

11 **Programa de Regularização Ambiental – PRA**
O proprietário ou possuidor de imóvel rural deve fazer a inscrição no Sistema do Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) e requerer a inclusão no PRA com um Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA), conforme Decreto 61.792/16. O imóvel rural deve estar inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
Prazo: 31/12

Expediente

O Informe Ambiental é uma publicação do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e Diretoria do Ciesp.

Circulação bimestral

Fotografias: Everton Amaro, Helcio Nagamine

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos é necessário que faça o cadastro através do link <http://www.fiesp.com.br/cadastro>